

LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA, APÓS O ADVENTO DA LEI N. 8.898/94

J. J. Calmon de Passos (*)

Liquidação de sentença por cálculo do contador. «An debeatur». Processo de execução e embargos do devedor. Citação do réu nas liquidações por arbitramento e por artigos.

1 — A Lei n. 8.898, de 29 de junho de 1994, introduziu modificações no Capítulo do Código de Processo Civil referente à liquidação de sentença. Em princípio, limitou-se a eliminar, dentre as formas de liquidação, a que se denominava de liquidação por cálculo do contador. Em que termos o fez e com que conseqüências é o que tentaremos analisar a seguir.

Saber correntio, o de que a decisão condenatória deve tornar certo e determinado o seu comando, como certo e determinado deve ser o pedido. Mas, assim como se permite, por força das circunstâncias do caso concreto, o pedido relativamente indeterminado (pedido genérico) também se autoriza o magistrado a proferir sentença relativamente indeterminada (sentença ilíquida). Tanto ali quanto aqui, a indeterminação reside na circunstância de que, já conhecido o que é devido (*an debeatur*) a quantidade e/ou qualidade do que é devido (*quantum debeatur*) pede ainda determinação.

Conclui-se, portanto, não ser tolerável, sob pena de invalidade, haja incerteza no tocante ao *an debeatur* (o que é devido), só em relação à qualidade ou quantidade do que é devido. Diria, para facilitar o entendimento: o *substantivo* tem de ser definido na sentença, apenas possível, na liquidação, precisar-se o *adjetivo*, seja ele qualificativo ou determinativo.

2 — A qualidade do que é devido é insuscetível de ser definida mediante simples operação aritmética, mas a quantidade sim. Cumpre, entretanto,

(*) Advogado e Professor catedrático de Direito Processual Civil da Universidade Federal da Bahia.

distinguir-se o que é «operação aritmética», algo que se passa só no âmbito da matemática, abstratamente portanto, do que seja determinar-se, *mediante cálculo*, algo concreto, em termos de quantidade. Essa «concreção», que deve preceder ao cálculo, necessária para que se realize a operação aritmética, é o que se denomina de *base de cálculo*. Multiplicar 5 (cinco) por 4 (quatro) e dizer-se que o resultado é 20, em puros termos matemáticos, não reclama qualquer concreção. Se houver erro, será *erro de cálculo*. Mas se quero saber quanto pagar por 5 laranjas, tenho necessidade de saber o preço de cada laranja, para, então, realizar «o cálculo». Aqui, indispensável uma base para o cálculo, isto é, saber a qualidade do devido (laranja — *an debeatur*), e a esse saber acrescer o saber a quantidade do que é devido — *quantum debeatur*, para isso necessitando saber *quantas* laranjas são devidas (base do cálculo) e qual o *preço unitário* (base de cálculo) das laranjas.

3 — Quando a sentença já tornou determinada a base do cálculo, de duas uma: ou a determinação do *quantum* reclama apenas uma «operação aritmética», bastando um simples cálculo, ou o valor imputável à base de cálculo reclama um saber especializado, donde exigir-se arbitramento. Faltando, na sentença, a determinação da base de cálculo, também duas alternativas são possíveis: sua definição reclama indagação probatória (provar fato novo para determiná-la), e a liquidação será por artigos, ou a determinação da base de cálculo é tarefa a reclamar unicamente um saber especializado, quando será por arbitramento a liquidação.

Observa-se, portanto, somente ser possível a liquidação por cálculo quando já definidos, na sentença, o que é devido (*an debeatur*) e as bases de cálculo para determinação do quanto devido. Essa determinação *das bases* de cálculo deve estar na sentença, porque somente nela pode e deve estar, para que se fale de liquidação por cálculo.

Nunca se teve dúvida de que, em se tratando de título executivo extrajudicial, é admissível «atualize» o credor-exeqüente o valor cartulado no título, desde que adote as bases de cálculo definidas no título e as previstas em lei, que devem incidir, se cogentes, ou incidem porque, dispositivas, não pactuaram os interessados diversamente do que prescreve.

A regra vale, perfeitamente, para a sentença como título executivo, em face da nova Lei n. 8.898. O exeqüente está autorizado a «atualizar» o valor nominal posto na sentença, fazendo incidir sobre o devido o que, de natureza cogente, deve incidir, segundo a lei, e o que, sendo nela dispositivo, não teve postulação ou decisão em contrário. Em razão disso, o que se lhe autoriza, em verdade, é realizar *apenas* um simples cálculo aritmético, esclarecendo as bases de cálculo com que operou e devem estar definidas na sentença e foram atendidas na espécie. Havendo necessidade de qualquer indagação probatória para definição da base de cálculo, descabe o sistema introduzido pela Lei n. 8.898, mesmo quando essa indagação se limite à audiência de um *expert*.

4 — Se foi o devedor, por exemplo, condenado a pagar 100, devidamente corrigido e acrescido dos juros legais, para determinar os índices de correção (base de cálculo) e o percentual (base de cálculo) dos juros, não necessito mais do que me reportar à lei e à sentença, tanto bastando. Daí, realmente, ser desnecessária qualquer liquidação prévia, de natureza judicial, por mais simplificada que seja. O mesmo vale para a hipótese de ter como base de cálculo cotações oficiais, em bolsa de títulos etc. Sempre que a base de cálculo independer de prova, por já definida na sentença ou porque definível mediante simples referência legal, inexistirá liquidação de sentença, autorizado o exequente a «calcular» o valor devido, comprovando a correção de que fez mediante a juntada, à sua inicial, da memória discriminada e atualizada do cálculo, vale dizer, documento em que explicita as bases de cálculo, associando a elas as operações realizadas e o resultado obtido.

Sem essa explicitação, a inicial padecerá de irregularidade que deve ser sanada, sob pena de indeferimento. Não nos parece seja caso de inépcia, sim de defeito sanável. Caso passe desapercibido ao magistrado, determinando ele a citação do executado, creio seja perfeitamente possível, e inclusive irrecusável, admitir-se que o executado, no prazo que lhe foi dado para pagar ou até que a penhora se consume, objete ao magistrado a irregularidade, reclamando providência que de ofício deveria ter sido tomada, sem que se faça necessária a prévia segurança do juízo nem se exija a colocação do problema no bojo dos embargos do devedor. Só após a juntada da memória discriminada e atualizada do cálculo, decorrerá o prazo para pagamento ou nomeação de bens à penhora. Inicial que pede quantia certa sem se fazer acompanhar da memória do cálculo ou é inepta ou irregular.

Cabe, aqui, ponderar que a nossa conjuntura inflacionária (que esperamos tenha-se tornado «passado») engendrou uma série de planos econômicos e uma variação alucinante de critérios de atualização do valor da moeda, tudo de difícil e complexa compreensão. Isso poderá determinar, na prática, situações em que, queiramos ou não, a base de cálculo será questionada em termos de sua utilização na memória do cálculo. Aqui, o problema, ainda que de aplicação da lei, deixa de ser um puro operar hermenêutico, da alçada do magistrado, para se tornar um problema técnico, envolvendo algum saber especializado. Essa «peculiaridade» tem que ser levada em conta e reclamará tratamento adequado, fazendo, se possível, a utilização, pelo magistrado, de assessoramento técnico.

5 — Analisado o que se deve entender por «determinação» do valor da condenação dependente apenas de cálculo aritmético, vejamos as repercussões das novas disposições no processo de execução e nos embargos do devedor.

O art. 604 do CPC, com sua nova redação, manda que, possível a determinação de quanto devido por simples cálculo, feito ele pelo próprio exequente, seja o réu citado para pagar ou nomear bens à penhora, sob pena de penhora.

A nova sistemática põe o problema de haver o exeqüente *calculado erroneamente o valor devido*, reclamando do executado mais do que o realmente devido ou julga o executado seja realmente devido.

Muitos seremos tentados a responder, de logo, que essa «questão» deve ser solucionada nos embargos, e neles, já devidamente seguro o juízo, deverá o executado formulá-la. Creio que responder assim será fazê-lo de modo muito simplista. A constrição judicial, pela penhora, é sempre interferência no patrimônio de alguém, e a garantia do devido processo reclama, para que ela se dê o atendimento ao princípio do contraditório. Se a «certeza e liquidez» do devido resultou do ato unilateral do credor, consumando-se a constrição sem que se dê oportunidade ao contraditório sobre o valor devido, ter-se-á violado a garantia do devido processo. Daí as conclusões que adiante vão expostas e as soluções propostas.

6 — A primeira hipótese que pretendo analisar é aquela em que o *devedor quer pagar*. Contudo, o que dele se exige é mais do que o devido.

Entendo que, nessa circunstância, faculta-se ao devedor oferecer a memória do seu cálculo, requerendo o *depósito* do que tem como devido, pedindo a citação do exeqüente para vir levatá-lo ou contestar. Pode-se perfeitamente instaurar o contraditório em torno dessa pretensão prejudicial do executado, por constituir a exigência descabida um equivalente da injusta recusa em receber, que justifica a consignação. Assim, autuando em apartado a petição do executado e apensando o incidente aos autos da execução, o *juiz dará ciência* ao exeqüente da pretensão do executado para que, no prazo do art. 895 do CPC, compareça para levantar o depósito, quitando o executado, ou conteste o pedido.

Nesse pleito, serão possíveis as seguintes soluções:

a) o magistrado julgará procedente a pretensão do executado, declarando-o quitado com o depósito, respondendo cada qual pelas respectivas despesas judiciais (custas e honorários), porquanto, se o exeqüente sucumbiu, exigindo mais do que o devido, ao executado é imputável o fato de não ter adimplido voluntariamente, obrigando o credor ao ajuizamento do feito.

Parece-me claro que se a lei autoriza o vencido a consignar o que deve, nos termos do art. 570 do CPC, legitimando-o, também, para proceder à «atualização» do que tem como devido, para depositar, isso também se faz possível em face do interesse do devedor em liberar-se de logo, já que executado, e o fato de o credor ter exigido a mais do que o devido configura injusta recusa, autorizadora da consignação;

b) segunda solução possível é dar o juiz pela improcedência da pretensão do devedor, reconhecendo a exatidão do cálculo feito pelo credor; entendo que o depósito será transformado em penhora, prosseguindo-se na execução, inclusive com reforço da garantia do juízo, já tornada firme e insuscetível de controvérsia a exatidão do valor pedido; nem descarto a possibilidade de haver

complementação do depósito, o que valerá pagamento, como tenho como construível autorizar-se o levantamento de depósito pelo exequente, prosseguindo a execução apenas pelo saldo devedor; em todas essas alternativas, o ônus da sucumbência é imputável ao executado;

c) inexatos ambos os cálculos, procede-se como em b, mas o ônus da sucumbência é recíproco, respondendo cada qual pelas despesas a que deu causa.

7 — A segunda hipótese a reclamar exame é aquela em que o devedor *não quer pagar, sim embargar ou simplesmente não pagar nem embargar*.

Aqui, a prévia segurança do juízo se impõe e sem que tenha ocorrido é defeso ao executado discutir o erro de cálculo que imputa ao exequente.

Seguro o juízo, temos duas alternativas: houve embargos ou deixou o executado de oferecê-los.

Havendo embargos, é possível seja neles colocado o erro de cálculo ou o problema da inexatidão das bases de cálculo utilizadas. Isso, entretanto, não significa que a matéria seja típica de embargos e só em embargos seja aflorável.

Precisamos não esquecer que os embargos são ação de conhecimento em se que pretende obter a certificação da inexistência, invalidade ou ineficácia do título executivo, com isso se frustrando a execução ajuizada. O que diz propriamente com o processo de execução, seus pressupostos e condições, existência, validade e eficácia dos atos que integram o seu procedimento, tudo isso, embora argüíveis em embargos, são objeções que comportam arguição no próprio processo de execução, porque matéria posta no dever do magistrado de prover sobre a validade do processo, obstando tenha curso aquele em que a decisão de mérito (no processo de conhecimento) se fará inviável, ou a satisfação (no processo de execução) igualmente se inviabilizará. Por força disso, o problema do erro de cálculo é matéria suscetível de tratamento fora dos embargos, e mesmo inexistindo embargos, ainda quando não incompatível com sua inclusão nos embargos.

Os erros de cálculo são corrigíveis de ofício (art. 463, I, do CPC) e é erro de cálculo imputável ao magistrado operar ele com um cálculo errado que lhe foi proposto pela parte e que ele revestirá da qualidade de decisão.

Tentarei ser mais claro. Numa execução, para que se discuta o erro de cálculo, inexistindo intenção de *pagar*, será necessário que tenha havido prévia segurança do juízo. Seguro o juízo, entretanto, não precisa o devedor embargar a execução para que lhe seja permitido discutir o erro de cálculo, ainda quando inexistem embargos, nenhuma preclusão se consuma, impedindo o devedor de discutir a correção de cálculo. A discussão a respeito é instaurável a qualquer tempo, enquanto não satisfeito o exequente. Poderá, inclusive, ocorrer, em conexão com o interesse em se substituir o bem penhorado ou se reduzir a penhora, se pertinente. O que vem de ser afirmado não importa em excluir-se dos embargos a discussão sobre o erro de cálculo. O que se afirma é que essa questão é proponível fora e independente de embargos.

8 — A última ponderação que me ocorre, em termos de modificações introduzidas pela Lei n. 8.898, diz respeito ao que determina o parágrafo único do art. 603 do CPC, com sua nova redação. Diz-se, nele, que a citação do réu, na liquidação por arbitramento e por artigos, se fará na pessoa de seu advogado, constituído nos autos.

O dispositivo, se for mal aplicado, importará em violência inaceitável ao demandado. Infelizmente o Poder Judiciário, que sugeriu ao Legislativo a modificação, lamentavelmente busca fugir da crise em que naufraga, penalizando, sem nenhuma cerimônia, o réu, a quem tem negado tudo quanto a Constituição lhe garante em termos de devido processo, dizendo fazê-lo em nome de uma efetividade e de uma celeridade que não são valores em si mesmas. Celeridade e efetividade tanto podem estar presentes num seqüestro (crime, não medida cautelar) bem-sucedido com que traficantes buscam obter fundos, como na sentença injusta, fruto do não saber, ou iniqua, fruto do dolo de um juiz bem-sucedido, porque impune.

Entre a sentença ilíquida, transitada em julgado, e a liquidação, há um espaço de tempo em que o processo de conhecimento condenatório não mais existe, porque extinto com julgamento de mérito, e ainda inexistente o processo da liquidação, que ainda vai ser instaurado. Admitir-se que, inexistindo processo, é possível ter-se o réu como representado pelo advogado, a quem não deu poderes para receber citação, que a lei pede sejam especiais e expressos, é fazer-se de uma garantia individual básica coisa descartável, o que repugna e preocupa. Talvez os que propuseram a «mezinha» em favor da celeridade tenham tido a crença ingênua de que a liquidação é algo que se segue de logo e de pronto no mesmo processo, no mesmo procedimento e na mesma relação processual. E tamanha violência é perpetrada quando a lei já prevê a citação pelo Correio, sendo bem fácil citar-se o executado no endereço que ele próprio informou ao juízo ser o seu. Apesar disso, subtrai-se da parte a ciência do que dela se pretende, tornando-se o advogado seu «tutor». Pobre cidadão de papel! Quando a lei «futura» o magistrado, ela é inconstitucional. Basta ver o modo quase apoplético com que se investiu contra o novo Estatuto da Ordem dos Advogados. Mas quando o «futucado» é o cidadão, dá-se ao advogado uma relevância que ele não pediu e que, se for escrupuloso, terá receio de assumir. Brasil! Brasil! Brasil! até quando você insistirá em permanecer dormindo em berço esplêndido?

Infelizmente o Congresso Nacional recebe os «pacotes» que os juristas «qualificados» lhe enviam, sem atender ao que neles exista de alienação ou de interesse corporativo, transformando-os em lei sem a reflexão que lhes incumbia realizar, como representantes dos cidadãos, que os elegeram iustamente para que porfiem por seus interesses ao nível de poder político.

Só me ocorre uma hipótese em que o dispositivo é aplicável — quando se cuide de liquidação de sentença em caráter provisório, porque pendente recurso com efeito apenas devolutivo. Aqui, como na reconvenção, nenhum reparo

a que a ciência se dê na pessoa do advogado, porque em verdade se está «ainda» na relação processual do feito para o qual houve a citação pessoal e o incidente é construível como um dentre os muitos incidentes que um processo em curso pode ocasionar.

Se for necessário salvar a «inovação», que seja salva sem necessidade de sacrificar os litigantes nem malferir as garantias constitucionais do processo.